



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1003637-97.2017.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Compra e Venda**
Requerente: **Edilson dos Santos São Carlos**
Requerido: **Karina Rangel Bitencour**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

Em suma, cuida-se de pedido formulado por **Edilson dos Santos São Carlos**. Ajuizou ação de obrigação de fazer em face de **Karina Rangel Bitencour**. Aduz que o veículo Chevrolet/Meriva, ano 2003, Renavan 00815971672, placa DIQ 5929, foi adquirido pela ré da empresa autora no ano de 2013, mas a adquirente não procedeu a transferência do veículo para o seu nome, não pagou taxas de licenciamento anuais, IPVA e infrações de trânsito por ela cometidas. Sustenta que em decorrência da atitude da ré seu nome foi lançado no CADIM e, conseqüentemente protestado. Requer: a) seja a ré compelida a proceder a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incidência de multa; b) em caso de inércia, seja determinada a expedição de ofício à Ciretran local para que a transferência seja realizada, independentemente do pagamento dos débitos em aberto; c) a condenação da ré ao pagamento de todos os débitos relativos ao veículo desde a aquisição.

Com a inicial vieram os documentos (fls. 05/14).

Citada, a ré contestou (fls. 66/70) alegando, em síntese, que a compra do veículo ocorreu em 22/07/2011 e não em 22/05/2012 como alegado pela parte autora. Salienta que houve preenchimento do recibo do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

veículo pela autora/vendedora quase um ano após a compra. Argumenta que o certificado de registro de veículo (cf. fls.08) demonstra que o veículo foi registrado em nome da empresa autora em 18/05/2012, portanto, não parece razoável ser instada a realizar a transferência do veículo, uma vez que o mesmo não estava registrado em nome da autora-vendedora. Esclarece que empreendeu esforços para realizar a transferência, mas não pode regularizar o veículo por culpa exclusiva da autora que não providenciou a documentação necessária (recibo preenchido e com firma reconhecida). Batalha pela improcedência do pedido e pela concessão dos benefícios da gratuidade de justiça.

Com a contestação vieram os documentos (fls. 74/76).

Em réplica a fls. 81/83 a autora impugnou os benefícios da gratuidade de justiça.

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

Julgamento antecipado da lide porque desnecessária a dilação probatória, sendo suficientes os documentos juntados aos autos para a convicção desse Juízo (art. 355, I, NCPC).

De início, defiro os benefícios da gratuidade de justiça à ré já que em pesquisa junto ao site da Receita Federal (pesquisa arquivada em pasta própria) constatei que faz jus aos benefícios da gratuidade de justiça.

Anote-se.

Em consequência rejeito a impugnação aos benefícios da gratuidade de justiça formulado pela parte autora.

Trata-se de ação de obrigação de fazer na qual a autora pretende seja a ré compelida a proceder à transferência do veículo para o seu nome,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

bem como a sua condenação ao pagamento de todos os débitos relativos ao veículo (IPVA, multas, taxas de licenciamento e DPVAT) desde a aquisição do bem (22/05/2012) até a presente data.

Em réplica, diante da confissão da ré, a parte autora requereu a condenação desta última ao pagamento de todos os débitos existentes sobre o veículo a partir de 22/07/2011 e não como pleiteado na inicial (22/05/2012), ou seja, alterou o pedido.

Segundo dispõe do art. 329 do Novo Código de Processo Civil:

Art. 329: " O autor poderá:

I. até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente do consentimento do réu;

II. até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar".

Ensina Daniel Amorim Assumpção Neves, Novo Código de Processo Civil Comentado/Daniel Amorim Assumpção Neves. – 2. Ed. rev. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2017, p. 581: "É lição pacificada na doutrina a possibilidade de alteração das partes, da causa de pedir e do pedido antes da citação do réu. Entende-se que não tendo ainda sido formada a relação jurídica processual tríplice, haveria liberdade absoluta para o autor modificar tanto os elementos subjetivos (partes) como objetivos (causa de pedir e pedido) da demanda".

No caso dos autos, a alteração do pedido pelo autor deu-se por ocasião da réplica, portanto, já havia ocorrido a estabilização objetiva da demanda, logo, não se pode considerar esse pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE SÃO CARLOS
 FORO DE SÃO CARLOS
 4ª VARA CÍVEL
 RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

No mais, o pedido procede.

A autora comprovou de modo seguro e razoável a alienação de seus direitos sobre o veículo Chevrolet/Meriva, ano 2003, Renavam nº 00815971672, descrito na inicial, à pessoa de Karina Rangel Bittencourt, como pode observar-se na nota fiscal do veículo e recibo (cf. fls. 07 e 08).

Incontroverso nos autos que a ré adquiriu o veículo descrito na inicial, sob a promessa de transferí-lo para o seu nome e não o fez (art. 123 do Código de Trânsito Brasileiro), fazendo gerar débitos em seu nome, de modo que a ordem de transferência é medida inescusável.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Apelação 0069469-73.2009.8.26.0114 - Compra e venda - Ação de obrigação de fazer e de indenização por dano moral - Compra e venda de veículo - Veículo adquirido pela ré, que o revendeu a terceiro, sem transferir a titularidade do bem, ensejando a emissão de multas em nome da antiga proprietária, com datas posteriores à alienação - Dever de comunicar ao DETRAN a transferência, para retirar da antiga proprietária responsabilidade pelos pagamentos e eventuais pontos lançados em seu prontuário - Transferência efetivada após a propositura da ação - Falta de interesse de agir superveniente. - Não cabe indenização por dano moral, quando a autora também é responsável pela omissão em comunicar ao órgão de trânsito a alienação do veículo, nos termos do art. 134, do Código de Trânsito - Recurso provido em parte. (TJSP; Apelação 0069469-73.2009.8.26.0114; Relator (a): Silvia Rocha; Órgão Julgador: 29ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 9ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 04/02/2015; Data de Registro: 04/02/2015).

A parte ré conhece seu dever legal de, ao adquirir veículo,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

comunicar a aquisição junto ao órgão responsável, assim como conhece seu dever de, anualmente, quitar tributos que recaiam sobre o automóvel, além das penalidades por infrações de trânsito cometidas.

De acordo com o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, com a venda do veículo, o proprietário antigo deve encaminhar ao Detran, dentro de trinta dias, cópia do comprovante de transferência da propriedade, sob pena de responder solidariamente pelas penalidades respectivas.

De outro lado, o artigo 123, § 1º, do mesmo Código, dispõe que, no caso de transferência de propriedade, o prazo para o novo proprietário adotar as providências necessárias à expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de trinta dias. Na condição de comprador do veículo em questão, a ré, conhecedora das obrigações que lhe recaem por força do disposto no Código de Trânsito Brasileiro, não podia deixar de tomar as providências necessárias à transferência do bem nesse prazo.

A regra do art. 134 do CTB, segundo a qual o alienante que não comunica a transferência da propriedade ao órgão executivo de trânsito torna-se solidariamente responsável pelas penalidades de trânsito, tem alcance mitigado pelo STJ, em jurisprudência pacífica, segundo a qual "inexiste a responsabilidade do antigo proprietário pelas infrações cometidas em momento posterior à tradição do bem" (AgRg no AREsp 452.332/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 18/03/2014).

No mesmo sentido: AgRg no AREsp 347.337/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT, j. 12/11/2013; AgRg no REsp 1378941/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, 1ªT, j. 17/09/2013; AgRg nos EDcl no AREsp 299.103/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ªT, j. 20/08/2013; AgRg no REsp 1323441/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

2ªT, j. 21/08/2012; REsp 965.847/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2ªT, j. 04/03/2008.

Alega a autora que o veículo foi adquirido pela ré em 22/05/2012, conforme comprovam a nota fiscal (cf. fls. 07) e recibo do veículo (cf. fls. 08). Já a ré afirma que o adquiriu em 22/07/2011. Diante de sua confissão, julgo procedente o pedido inicial para o fim de: a) condenar a ré ao pagamento do IPVA, multas, taxas de licenciamento e DPVAT, desde a data de 22/05/2012 até a presente data; b) compelir a ré a proceder à transferência do veículo, dentro do prazo de 10 dias, sob pena de multa de R\$ 1.000,00, limitada a 15 dias. Sem necessidade de intimação pessoal para cumprimento da obrigação (art.513, § 2º, I, NCPC), ficando, desde já deferida a expedição de ofício à Ciretran para transferência do veículo, caso quedar-se inerte.

Condeno a ré, por sucumbente, ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 11 de janeiro de 2018.